

**DESENVOLVIMENTO LOCAL DE BASE COMUNITÁRIA NO LITORAL ALENTEJANO****- DLBC COSTEIRO-****RESUMO**

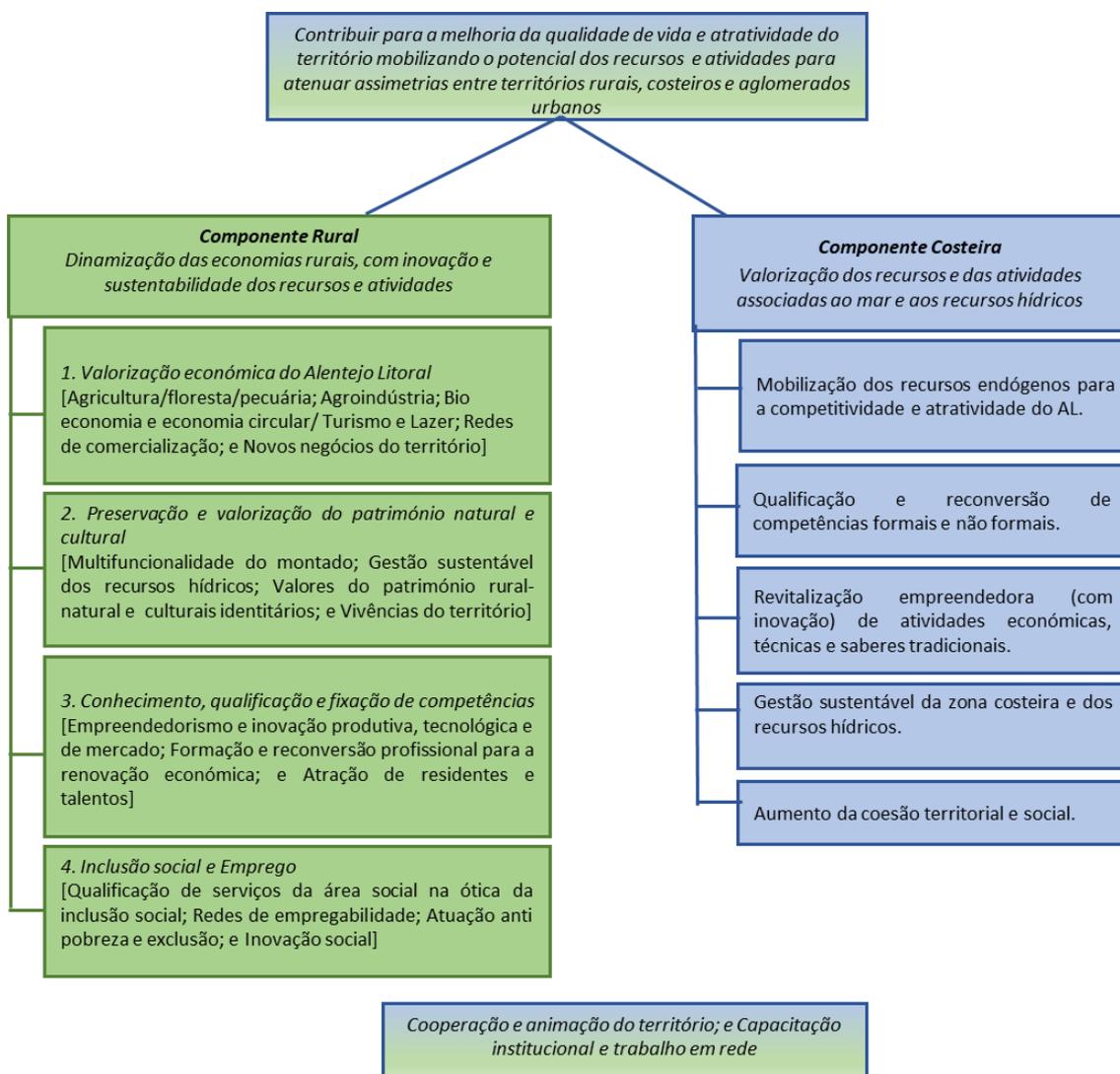
A perspetiva estratégica de intervenção para o Litoral Alentejano (LA) aposta na Valorização económica dos recursos endógenos do LA para atenuar assimetrias entre territórios rurais, costeiros e aglomerados urbanos. Esta perspetiva estratégica de intervenção tem por base um compromisso entre um padrão de recursos endógenos, simultaneamente, de excelência ambiental e de matriz produtiva que combina paisagens rurais humanizadas e património natural-cultural preservado com oportunidades económicas e de negócio, numa visão que contempla a necessidade de assegurar a coesão territorial nas áreas de baixa densidade.

A abordagem estratégica assenta na combinação estruturada e atuante entre as componentes Rural (Dinamização das economias rurais, com inovação e sustentabilidade dos recursos e atividades) e Costeira (Valorização dos recursos e das atividades associadas ao mar e aos recursos hídricos).

Este modelo estruturante de intervenção, no horizonte 2030, configura uma abordagem que pretende combinar uma matriz de intervenção predominantemente de base rural e costeira (pelo lado dos recursos e das atividades económicas) com vertentes de intervenção de matriz vocacionalmente urbana (pelo lado da atração de residentes, do acesso a qualificações e competências e a atuações promotoras de inclusão social e emprego).



Macro-estratégia para o Litoral Alentejano





1. Enquadramento territorial de ativos e dinâmicas

Os cinco concelhos que constituem o LA totalizam uma área de 5.309,41 km².

A área de intervenção do GAL Costeiro Litoral Alentejano e a Estratégia de Desenvolvimento Local delineada estende-se desde o extremo mais setentrional da Península de Tróia até Odemira, numa extensão de faixa costeira de cerca de 165 km que abrange uma diversidade compósita de freguesias litorais e litorâneas e assegura, ainda, a integração das massas de água de 11 freguesias no interior. ´

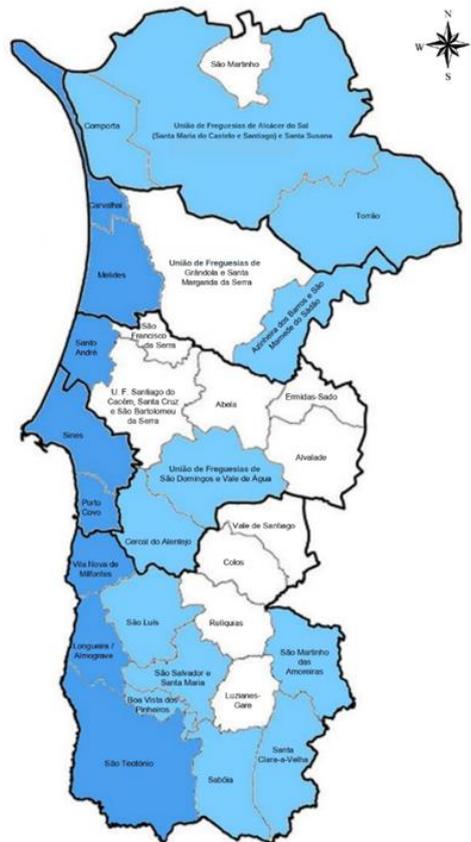
O Território de Intervenção do DLBC Costeiro corresponde a 20 freguesias.

Listagem de freguesias do Território de Intervenção:

- Concelho de Alcácer do Sal: Comporta, Torrão e União das freguesias de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo e Santiago) e Santa Susana
- Concelho de Grândola: Azinheira dos Barros e São Mamede do Sádão, Carvalhal e Melides
- Concelho de Santiago de Cacém: Cercal, Santo André e União das freguesias de São Domingos e Vale de Água
- Concelho de Sines: Sines e Porto Covo
- Concelho de Odemira: Boavista dos Pinheiros, Longueira/Almogrove, Santa Clara-a-Velha, São Luís, Sabóia, São Martinho das Amoreiras, São Salvador e Santa Maria, São Teotónio e Vila Nova de Milfontes



Mapa da Zona de Intervenção



Os elementos de caracterização do território de intervenção evidenciam a riqueza da extensa frente de mar, dos valores naturais e culturais, da fauna e da flora, das albufeiras e espelhos de água, que estão ou poderão vir a estar na origem de processos de reestruturação económica e de desenvolvimento social.

As freguesias envolvidas no GAL Costeiro LA partilham as características de um território de baixa densidade populacional e empresarial, apresentando particularidades relevantes no contexto regional:

- (i) a freguesia de Sines que, pelo seu maior desenvolvimento socioeconómico, assume um papel determinante no desenvolvimento deste território, com atividades ligadas à pesca de cerco;
- (ii) as restantes freguesias litorais e litorâneas pelas singularidades únicas de natureza e paisagem, onde se salientam as lógicas derivadas do binómio sol/praias e o Estuário do Sado e Estuário do Mira, com atividades ligadas à pesca artesanal; e



- (iii) as freguesias do interior com toda a biodiversidade associada às grandes áreas de montado de sobro e com albufeiras importantes no contexto regional e nacional, albergando atividades ligadas à pesca desportiva e lúdica.

Em termos de tecido económico, o LA caracteriza-se por uma baixa densidade empresarial, destacando-se os setores da agricultura e do turismo, este considerado um elemento verdadeiramente estruturante do seu desenvolvimento, por via da consolidação das dinâmicas associadas à construção civil, às atividades comerciais e à restauração. Nas freguesias do interior, destacam-se as atividades agro-silvo-pastoris (sobretudo, montado de sobro).

As acessibilidades possibilitam a inserção privilegiada no espaço nacional, pela proximidade da Área Metropolitana de Lisboa, do eixo Lisboa-Madrid e do eixo Lisboa-Algarve, que permite a estruturação de estratégias de cooperação comercial e turística, de âmbito nacional e internacional.

No âmbito turístico, destaca-se os elementos associados à identidade cultural que abrangem o património arquitetónico ao longo da zona costeira; as condições favoráveis à prática balnear e para as práticas desportivas ligadas à água, aproveitando o mar e as albufeiras; e a riqueza na realização de feiras, festas e romarias que ocorrem, sobretudo, no período de verão.

A sub-região conta com Rotas propostas pelo Centro de Iniciativas Turísticas (CITAL), dinamizado pela ADL. As “Rotas do Alentejo Litoral” propõem percursos de descoberta territorial das unidades de paisagem, envolvendo os cinco concelhos e organizadas por temáticas que valorizam predominantemente os recursos marítimos dos Estuários da rede de Lagoas, Albufeiras e espelhos de águas, particularmente rico no Alentejo Litoral. O património natural e paisagístico, de elevado interesse e onde persiste uma reduzida pressão humana, resulta num cenário ímpar a nível nacional e internacional, cujos objetivos de conservação e valorização motivaram a criação de um elevado número de Áreas Protegidas e Sítios Classificados na Rede Natura 2000.

Quanto aos recursos hídricos/massas de água destaca-se:

- a Bacia do Rio Sado, com uma área de 7.734 km² cuja nascente se situa na Serra da Vigia e a foz em Setúbal, e que tem comunidades que dependem da exploração dos recursos biológicos do Estuário do Rio Sado e das empresas ligadas à transformação do pescado e à exploração, extração e refinação de sal, a que acresce as lagoas de Santo André e Melides, o que totaliza 8.341km.



- o Rio Mira, que possui uma área de 1.575 km² cuja nascente fica na Serra do Caldeirão e a foz em Vila Nova de Mil Fontes, na qual os pescadores pescam peixe de mar quando o mar não permite a saída das embarcações.

O território de intervenção inclui também três albufeiras, recursos/massas de água que dispõem de planos especiais de ordenamento do território (Plano de Gestão da Região Hidrográfica Sado e Mira e Planos de Ordenamento das Albufeiras).

- Albufeira de Santa Clara, no Concelho de Odemira, com uma área inundada de 1.986 ha. O Plano de Ordenamento refere esta Albufeira como uma zona preferencial para a pesca desportiva, bem como para a navegação, com e sem motor, para a prática de desportos náuticos e para o uso balnear.
- Albufeira de Vale de Gaio, no Concelho de Alcácer do Sal, com uma área inundada de 550 ha. No Plano de Água são permitidas, as seguintes atividades e utilizações: pesca desportiva, caça, navegação recreativa a remo, à vela e a pedais, bem como as respetivas competições desportivas associadas, circulação de embarcações com motor elétrico e circulação de embarcações com motor, desde que afetas a serviços públicos turísticos para atravessamento da Albufeira.
- Albufeira de Campilhas, no Concelho de Santiago do Cacém, com uma área inundada de 333 ha. O Plano de Água da Albufeira prevê atividades da pesca desportiva, da captura de lagostim vermelho da Louisiana e da pesca desportiva de espécies exóticas, com a exceção do achigã. Também é permitida a natação e banhos (sujeito a confirmação sobre a qualidade da água) e a navegação recreativa a remo, a pedal, à vela e motorizada.

No que se refere à prática desportiva, a Sub-região tem excelentes condições para as práticas desportivas ligadas à água, aproveitando o mar, bem como as albufeiras (surf, windsurf e kitesurf, mergulho, pesca desportiva, canoagem, entre outras...). No desporto náutico e na náutica de recreio destaca-se a existência de infraestruturas simples de apoio a modalidades específicas, nomeadamente, em Porto Covo, Zambujeira e Azenha do Mar.

2. Dimensões-Problema

Fraquezas de natureza específica, relacionados com recursos e perfil de atores do território de intervenção

- Falta de articulação entre os pequenos portos de pesca.
- Fracas condições dos portos para o exercício da pesca artesanal.
- Frota envelhecida e desadequada face às necessidades.
- Pouca expressividade da atividade de construção de embarcações tradicionais.
- Fraca utilização das novas tecnologias.
- Falta de infraestruturas básicas em alguns pontos das comunidades piscatórias.
- Insuficiente preparação dos profissionais da pequena pesca ao nível dos conhecimentos relativos a técnicas de gestão empresarial, incluindo o envolvimento comercialização dos produtos.
- Insuficiente oferta formativa na área do mar.
- Dificuldade em realizar/ organizar ações de formação ligadas à pesca em pequenas comunidades.
- Vulnerabilidade do setor da pesca face à concorrência e as oscilações dos preços.
- Idade avançada dos profissionais do setor da pesca e dos responsáveis pelas atividades tradicionais, que funciona como um fator importante de resistência à mudança.
- Declínio do número de ativos e da expressão económica na região.
- Falta de atratividade das atividades ligadas ao mar, com a conseqüente abandono da camada mais jovem nas comunidades piscatórias.
- Ambiente de necessidades de rejuvenescimento da mão-de-obra e da renovação da capacidade empresarial.

Fraquezas do sistema institucional

- Dotação insuficiente de meios e recursos tecnológicos aos serviços públicos de investigação e regulação da atividade marítima e marinha.
- Dispersão da informação e dos dados por várias entidades, dificultando a obtenção de uma visão geral e integrada sobre as realidades em análise.
- Limitações de recursos humanos em número suficiente e com as qualificações/competências específicas necessárias.
- Dificuldades de financiamento para a renovação de meios operacionais e beneficiação das infraestruturas



- Complexidade dos processos e deficiente uniformização de procedimentos.
- Complexidade ao nível da atribuição de competências ligadas ao mar.

Ameaças de natureza específica, relacionadas com recursos e perfil de atores do território de intervenção

- Agravamentos dos custos da atividade da pesca (p.ex., combustíveis)
- Elevada concorrência para os produtos do mar.
- Carga fiscal aplicada aos pescadores, tendo em conta os respetivos rendimentos.
- Falta de incentivos ao incremento do sector piscatório.
- Descaracterização dos núcleos piscatórios costeiros e das suas tradições.
- Dificuldades no licenciamento de novos profissionais, sobretudo decorrentes das limitações no âmbito da regulamentação no âmbito do Plano de Ordenamento do PNSACV.
- Dificuldade em motivar os profissionais da pesca para o desempenho de atividades alternativas.

Ameaças de carácter contextual

- Contexto económico-financeiro desfavorável ao investimento produtivo, à manutenção e à criação de emprego que atinge sobretudo as iniciativas empresariais de menor dimensão.
- Descaracterização dos núcleos piscatórios costeiros e ribeirinhos tradicionais, com perda de valores culturais diferenciadores.
- Dificuldades no licenciamento de novas atividades de economia azul.
- Impacto negativo, na região costeira, de fenómenos meteoceanográficos extremos.
- Ocorrência de eventos inesperados e de elevado impacto como, por exemplo, pandemias.

3. Desafios Estratégicos e áreas de atuação

Tendo presente o Diagnóstico, a Análise SWOT e as perspetivas dos atores do território do LA, procede-se à sistematização do **Objetivo geral e Eixos estruturantes** que corresponde à continuidade enriquecida face à estrutura da DLBC 2014-2020, consistindo esse enriquecimento na inclusão de um domínio de intervenção que deverá



acomodar respostas/ apoios ao desenvolvimento da bioeconomia e da economia circular, enquanto novas formas de rendimento e valor acrescentado.

O **Objetivo Geral** é Contribuir para a Melhoria da Qualidade de Vida e a Atratividade do território mobilizando o potencial dos recursos e atividades associadas ao mar e aos recursos hídricos.

Eixos Estruturantes



Mobilização dos recursos endógenos para a competitividade e atratividade do Litoral Alentejano

- Aproveitamento da identidade e das vantagens competitivas para a consolidação de oportunidades de negócio;
- Promoção e catalisação do empreendedorismo através de condições e apoios tangíveis e intangíveis, promovendo o encontro entre as necessidades e o talento, a criatividade e a inovação;
- Investimento em aquicultura (inovação e atividades empresariais);
- Valorização da forte herança cultural associada às atividades piscatórias, apresentando-as como um fator chave de composição do produto turístico do Litoral Alentejano;



- Desenvolvimento de atividades turístico-recreativas com boa relação e contributo para o desenvolvimento das zonas costeiras e comunidades piscatórias e das zonas interiores (albufeiras).
- Ligação entre os vários planos de água da sub-região, desde o interior e aproveitando toda a costa do Sudoeste Alentejano;
- Sinalética adequada à exposição dos pontos de interesse.

Revitalização empreendedora (com inovação) de atividades económicas, técnicas e saberes tradicionais

- Fatores de inovação para aumento do potencial competitivo de atividades, técnicas e saberes tradicionais, acrescentando valor à base económica tradicional;
- Promoção de atividades, técnicas e saberes tradicionais;
- Competências empreendedoras ajustadas a públicos-alvo diferenciados e grupos populacionais com características distintas (p.ex. grupos em risco de exclusão e minorias) e abrangendo os vários níveis do ensino;
- Desenvolvimento de ideias de negócio entre jovens licenciados e/ou provenientes do Ensino profissional/ vocacional;
- Aprofundamento dos contributos dos recursos turísticos para o desenvolvimento das zonas costeiras e das comunidades piscatórias;
- Promoção da criação/ consolidação, através da valorização e otimização dos recursos e das atividades, oportunidades de negócio para empresas e empreendedores baseadas em atividades da pesca artesanal;
- Estimular e gerar projetos colaborativos, que através do efeito escala, da complementaridade e das sinergias, rentabilizem os recursos e potenciem os resultados;
- Condições de trabalho e de operacionalidade das embarcações de pesca, nomeadamente, quanto à higiene e segurança a bordo, à preservação da qualidade do pescado, à seletividade das artes e das operações de pesca e à racionalização dos custos;
- Exercício da atividade da pesca (infraestruturas terrestres e condições dos portos e das lotas de pesca artesanal).

**Qualificação e reconversão de competências informais e não formais**

- Identificação de necessidades e implementação de um plano de formação para capacitar os recursos humanos das comunidades piscatórias;
- Requalificação dos artesãos e qualificação de novos artesãos;
- Sensibilização e educação da população escolar para as atividades do mar e conexas;
- Organização da atividade da pesca do tipo artesanal;
- Participação dos jovens em idade escolar na prática de atividades náuticas.
- Aumento da competitividade das pessoas e das organizações, através de capacitação, promoção de uma cultura colaborativa e da transferência de conhecimento e tecnologia das unidades do sistema científico-tecnológico para as organizações.

Gestão sustentável dos recursos e proteção costeira

- Sustentabilidade e ordenamento das atividades das comunidades piscatórias;
- Iniciativas de conservação dos recursos haliêuticos e de gestão da pesca (p.ex., sensibilizar as populações locais, incluindo os jovens em idade escolar e os turistas para ambiente na zona a importância da conservação dos recursos).

Aumento da coesão territorial e social

- Cobertura da oferta de equipamentos de resposta social e privilegiar o trabalho em rede, nomeadamente, por via da articulação institucional;
- Descentralização das atividades socioculturais e desportivas (privilegiando os equipamentos já existentes);
- Prevenção de situações de risco no seio dos agregados familiares;
- Promoção da Igualdade de Género.

Animação do território e cooperação intervenção

- Participação da população/entidades no desenvolvimento do território de intervenção, nomeadamente, através da informação aos potenciais beneficiários das possibilidades oferecidas pelos apoios;
- Promoção integrada do território (marketing territorial);
- Sensibilização e informação sobre os apoios existentes no âmbito do Programa MAR 2030.

**A definição das opções estratégicas e objetivos podem evoluir na banda larga da formulação seguinte:**

- Valorização das profissões do setor da pesca e atividades complementares;
- Empreendedorismo e atratividade para novos investimentos na envolvente das comunidades piscatórias;
- Aquisição de competências e (re)qualificação de ativos e criação de condições locais para a formação profissional informal;
- Exploração sustentável dos recursos e melhoria do modelo organizativo e da competitividade das unidades de produção;
- Manutenção das formas de ocupação e do emprego para sustentar o nível socioeconómico das comunidades envolvidas, diminuindo a sua vulnerabilidade a fenómenos de pobreza e de exclusão social;
- Maior integração das atividades da pesca em iniciativas de carácter local e/ou regional;
- Desenvolvimento experimental de atividades da Economia Circular nas comunidades costeiras, mobilizando contributos das práticas de uso sustentável dos recursos por parte dos pescadores e outros agentes do território;
- Integração de formas de comercialização que valorizem a proximidade produção-consumo e promovam a integração económica com a restauração;
- Valorização económica do património marítimo, integrando iniciativas de dinamização turístico-cultural;
- Coesão social e territorial, combinando prioridades do FEAMPA, na vertente do Desenvolvimento Sustentável das Zonas Costeiras, com iniciativas de intervenção social de âmbito supraconcelhio que envolvem também o trabalho da ADL.

As oportunidades em presença compreendem o desenvolvimento das comunidades piscatórias, o fomento de um cluster de atividades da Bioeconomia sustentável e o desenvolvimento do turismo e do lazer, em resposta a novas procuras- ativas e sustentáveis. Trata-se de oportunidades que vão evoluir numa envolvente territorial que poderá beneficiar da coexistência com polos de grande relevo económico (Complexo Industrial e Logístico de Sines, projetos turísticos de cadeias internacionais e projetos hortofrutícolas internacionalizados), polos que ocupam vários territórios do LA e atravessam processos de mudança económica, associados à reorganização das cadeias de valor.



Do ponto de vista prospetivo, afirma-se como essencial:

- (i) a criação de condições que promovam a fixação e a atração de população para o que se afigura essencial dotar o território de fatores dinâmicos orientados para a dinamização da Economia do Mar, bem como de estruturas que garantam a cobertura das necessidades da população atual, considerando, nomeadamente, a revitalização do setor das pescas; e
- (ii) a oferta de condições para atrair fluxos demográficos que poderão vir a ocorrer considerando, nomeadamente, o desenvolvimento de investimentos em setores estruturantes para a sub-região.

4. Articulação da estratégia DLBC - Costeira com Estratégias/Programas europeus, nacionais e regionais

Tendo presente o Objetivo geral e os Eixos Estruturantes de Atuação da EDL do GAL Costeiro LA, sistematiza-se os principais elementos de alinhamento:

- coerência com as perspetivas de contribuição ativa da Economia Azul para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu;
- coerência com as prioridades da Agenda Territorial 2030, em linha com os instrumentos das políticas de coesão e desenvolvimento local integrado, igualmente expressas na abordagem DLBC constante da Prioridade 3 do FEAMPA;
- ajustamento pleno com o objetivo específico OE2 da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030, focado no Fomento do emprego e da economia azul, circular e sustentável;
- contributos expectáveis para a Estratégia Regional e a EREI Alentejo 2030 em matéria de intervenções territoriais para a baixa densidade, de alimentação saudável, de valorização da Bioeconomia e da circularidade na gestão e utilização de recursos do território;
- alinhamento com a Estratégia Alentejo Litoral 2030, designadamente na relação com os seus objetivos estratégicos de Melhoria da qualidade de vida e bem-estar e de Investimento num futuro verde e sustentável.